

O AGENTE NA ESTRUTURAL ARGUMENTAL E NA DERIVAÇÃO: UMA ABORDAGEM EM SEMÂNTICA LEXICAL

Ricardo Santos David

USP - Universidade de São Paulo.

<http://lattes.cnpq.br/8508122200950572>

<https://orcid.org/0000-0001-5850-0057>

E-mail: ricardosdavid@hotmail.com.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N3-24>

RESUMO: Neste artigo, propomos uma formulação da produção linguística em termos de uma semântica lexical. Abordamos a existência de itens relacionais e de itens de conteúdo, e procuramos conjugar a existência desses itens com a noção agente em termos derivacionais, como também em relação à noção agente para a estrutura argumental de uma sentença.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica lexical. Itens relacionais. Itens de conteúdo. Agente. Itens derivacionais.

THE AGENT IN THE ARGUMENT STRUCTURE AND DERIVATION: AN APPROACH IN LEXICAL SEMANTICS

ABSTRACT: In this article, we propose a formulation of linguistic production in terms of lexical semantics. We approach the existence of relational items and content items, and we try to combine the existence of these items with the agent notion in derivational terms, as well as in relation to the agent notion for the argument structure of a sentence.

KEYWORDS: Lexical semantics. Relational items. Content items. Agent notion. Derivational terms.

INTRODUÇÃO

Este artigo, dividido em dois pontos, tem como objetivo relacionar a derivação morfológica à estrutura argumental. Assume pressupostos da semântica lexical como base teórica e conceitual. Grande parte dos dados que aparecem ao longo do texto é oriunda do romance “O Coronel e o Lobisomem”, de José Cândido de Carvalho (1989). O romance em foco foi delimitado como fonte parcial para os dados pois apresenta uma riqueza em criações lexicais pouco explorada para uma análise em semântica lexical.

O ponto 1 assume que todos os itens que compõem o léxico de uma língua são itens lexicais, e os classifica em itens relacionais e itens de conteúdo. Tanto um (os relacionais)

quanto outro (os de conteúdo) são chamados de itens lexicais por fazerem parte de um dicionário mental e público, que compõe o léxico.

O objetivo específico deste ponto 1 é relacionar esses itens à definição canônica “estrutura argumental”, proposta no que na literatura semântica em linguística é discutido nos papéis temáticos, e estudado num projeto semântico chamado teoria temática. O ponto 2 tem como objetivo básico, dadas as definições de itens lexicais de conteúdo e itens lexicais relacionais e suas implicações de sentido com a estrutura argumental da sentença, problematizar as relações entre derivação morfológica de itens lexicais e estrutura argumental. Os dois pontos confluem para uma conclusão proposta neste artigo: enquanto a flexão influencia no todo da organização sintática de uma sentença; a derivação, a partir de relações semânticas lexicais bem delineadas, desempenha papel fundamental na organização do sentido de uma sentença.

Para antecipar as discussões, vejamos o seguinte exemplo:

a) “O *joga-dor* atirou a bola para longe.”

Em (a), há um morfema derivacional em itálico [-*dor*]. Ele faz parte do item lexical derivado [jogador]. Não é nosso propósito aqui delinear as ocorrências semânticas em termos de traços ou de leituras semânticas dos morfemas da língua portuguesa. O leitor pode recorrer a Basílio (1980), Sandmann (1992) ou Rocha (1998). Estamos querendo dizer, basicamente, que um morfema da língua pode variar em leituras semânticas. É o caso, por exemplo, de [-eiro/a], nas ocorrências abaixo:

(b) macieira, mangueira, coqueiro, abacateiro, cajueiro

(c) tesoureiro, copeiro, barraqueira1

(d) peniqueiro, barraqueira2, fuleiro

É certo que em (b), em (c) e em (d), as leituras ou traços semânticos do morfema em foco [-eiro/a] variam. Delimitar uma leitura semântica para um morfema da língua é tarefa que pode ser designada pelas relações temáticas que os itens assumem numa sentença. Os itens necessitam “sair” do léxico (dicionário) da língua e se projetarem numa sentença. Por

exemplo, o item [barraqueiro] é ambíguo entre, no mínimo, duas leituras. E essas duas leituras estão assinaladas com 1 em (c) e 2 em (d).

Leitura I: o item pode tratar de uma atividade ou profissão de uma pessoa, como atesta a sentença abaixo:

(f) Joana é barraqueira, ela trabalha na feira, porém, somente aos sábados e aos domingos; nos outros dias, arma a sua barraca na praça.

Leitura II: ele pode ser avaliativo negativamente, por desnudar a personalidade nervosa de uma pessoa, como na sentença seguinte:

(g) Joana é a maior barraqueira, pois apronta confusão por onde quer que passe.

Os contextos sentenciais como articulados em (f) e (g) licenciam as leituras semânticas. Em (g), o traço avaliativo se projeta, fazendo com que o item “sofra” uma redução semântica. Tal redução se adéqua ao contexto sentencial. Em (f), ocorre o mesmo. Há uma redução semântica do item, que, isoladamente, poderia se expandir em leituras (I) e (II), como proposto.

Vamos assumir que as relações temáticas são parcialmente essenciais para a projeção semântica dos itens derivados aqui em estudo. Por exemplo, em (a), o papel de agente, selecionado pelo verbo como seu argumento à esquerda, condiz com a leitura lexical agente para o item [jogador]. Nada mais plausível, e comumente aceito pelos falantes da língua, que o morfema [-dor] tem algo a ver com o papel de agente exigido pelo verbo. Mas esse morfema não perde esse traço semântico em qualquer lugar onde ele esteja disposto na sentença, e é a esse favor que vamos argumentar aqui. É preciso, nestas alturas do que foi exposto, que invistamos nas seguintes perguntas, pois tomamos algumas coisas como tácitas até agora: por que é o verbo que seleciona o agente [jogador] em (a) e não o contrário? (Seleciona em termos relacionais, mas em termos de traços semânticos é pouco provável). O que significa uma regra de projeção semântica? Como itens tomados isoladamente numa língua, caso de [barraqueira], ambíguos em potencial, “desambiguam-se” numa sentença? Como é possível, por exemplo, que o [-eiro/a] que aparece em (f) não seja o mesmo que aparece em (g)? Essas

duas últimas questões têm a ver diretamente com regras de projeção semânticas, e com a estrutura argumental, e vamos discutir isso logo abaixo.

ITENS RELACIONAIS E ITENS DE CONTEÚDO

Vamos assumir, conforme uma literatura semântica exaustivamente proposta em linguística (Cruse (1992); Heidi (2005); Biderman (2001)), dois tipos de itens lexicais que compõem o léxico de uma língua: a saber, *os itens de conteúdo* e *os itens relacionais*. Os itens de conteúdo em um léxico são aqueles semanticamente independentes; fundamentalmente referenciais, e cuja categoria linguística assume determinadas posições numa sentença, tipicamente diferentes das posições assumidas pelos chamados itens relacionais. Por itens de conteúdo, podemos listar algo nos termos: [surucucu, aparvalhado, luarão, galista, linguarudo, invencioneiro]. Já os itens de relação são aqueles semanticamente independentes, semi-independentes ou totalmente dependentes (de outros); relativamente, nunca ou quase nunca referenciais, cuja categoria linguística assume posições diferentes dos chamados itens de conteúdo numa sentença; e que, basicamente, servem para relacionar itens dentro de uma sentença ou dentro de um sintagma. Itens de relação cabem numa lista como esta: [é, está, com, para, quando, de, parece, andar, sair, comer, beber].

Esta proposta é próxima, de uma forma um pouco menos específica, à proposta de Cruse (op.cit), que define itens abertos e itens fechados numa língua. Aos abertos, ele atribui a noção conteúdo; aos fechados, ele atribui a noção gramática. É próxima pois elas não se recobrem totalmente. Mais adiante vamo-nos remeter à proposta de Cruse (op.cit.). Por enquanto, vamos investir no que delimitamos aqui como itens relacionais e itens conceituais.

Os itens relacionais são utilizados numa língua para conectar outros itens relacionais entre si, ou itens de conteúdo. Notem-se as sentenças que seguem:

- (h) Ser é parecer.
- (i) A galinha parece poedeira.
- (j) A surucucu mordeu o menino.

É bom lembrar que não estão aqui em foco categorias gramaticais, e, sim, uma perspectiva semântica. Apesar de serem prototipicamente relacionais, por relacionar um item a outro, os itens [ser] e [parecer] estão sendo usados em (h) como conceituais; já em (i), o item [parecer] está sendo usado como relacional. Reitero que é bom “esquecer” momentaneamente a categoria gramatical, pois é evidente que em (h) [parecer] funciona como predicativo e em (i) [parecer] funciona como predicado. Em ambas as ocorrências, (h) e (i), contudo, não há mudança de traço ou de leitura semântica. Eles são projetados nas sentenças semanticamente com o mesmo significado. Em (j), o item [morder] é basicamente relacional ao estabelecer uma ponte entre os itens [surucucu] e [menino]. Mas o leitor deve notar que os itens [surucucu] e [menino] são prototipicamente itens de conteúdo. Eles não se prestam a fazer relações de tipo algum.

Quais as relações possíveis nas sentenças da língua portuguesa, se fôssemos isolar o verbo como o item relacional aqui em questão?

Elas podem ser à esquerda e à direita; podem ser somente à esquerda; somente à direita; ou às vezes um item prototipicamente relacional, dentro dessa nossa argumentação, assume a condição item de conteúdo. Vejamos isso com os seguintes dados:

(l)

(11) Serafina bebe vinho.

(12) Serafina deu a taça de vinho a Suane.

(m) Serafina sonha.

(n) É tarde.

(o) Chove.

Em (11), o item [bebe] relaciona um item que está à sua esquerda [Serafina] com um outro que está à sua direita [vinho]; em (12), o item [deu] relaciona um item que está à sua esquerda [Serafina] com outros dois que estão à sua direita [taça de vinho] e [Suane]; e em (m), o item [Serafina] se projeta na sentença relacionando-se na posição onde se encontra, à esquerda, com o item relacional [sonha]. Em (n), é o item à direita [tarde] que se junta ao

item relacional [é]. Em (o), o item relacional [chove], como concebido aqui, é basicamente um item de conteúdo pois relaciona nada a nada. Ao seu lado estão dois vazios: um à esquerda e um outro à direita [] chove [].

A flexão seria a categoria funcional à esquerda do item [chove], portanto relacionando-se com ele. Mas o leitor deve seguir a recomendação que propomos logo antes, e “esquecer” momentaneamente categorias sintáticas, concretas ou abstratas aqui. Para isso, montemos as seguintes ocorrências, para defendermos a condição-conteúdo ao item relacional [chove]. Em sentenças não-neutras¹, tais como:

(p) Chove.

(q) Chuva.

Os itens em (p) e (q) se projetam sintática e morfológicamente de maneiras diferentes nas sentenças. Admitimos categoria flexional-funcional operando para o item em (p) [chove], e teremos que admiti-la também para o item em (q) [chuva]. Ou seja, se há flexão operando tempo (é inadmissível pensar na flexão-pessoa para o item (p) [chove], pois isso seria semanticamente uma anomalia: “ninguém” chove), há flexão para também com o item (q) [chuva], flexão, nesse caso, de número, mas se estivéssemos pondo em relevância projeções morfossintáticas.

Tanto um item quanto o outro, contudo, não estabelece relação (pelo menos semântica) nem à esquerda nem à direita com nenhum outro item, e semanticamente eles podem ser usados em contextos similares, referenciando-se a uma mesma realidade semântica.

Admitir itens relacionais e itens conceituais vai-nos servir ao seguinte propósito: os itens relacionais sentenciais (basicamente os verbos) selecionam itens conceituais (ou não) à sua esquerda e à sua direita. Estamos admitindo, portanto, que alguns itens selecionam outros, e que os sentenciais (os verbos) são os selecionadores, e, portanto, desempenham papel

¹ Não-neutra trata-se de uma sentença dentro de um contexto. Por exemplo, alguém olha para fora do apartamento e pode dizer tanto a sentença (p) Chove; quanto a sentença (q) Chuva. Em ambas as ocorrências, adequadas para esse mesmo contexto, os itens [chove] e [chuva] não se relacionam com outros itens, portanto, admitimos aqui que se trata de, tanto um quanto o outro, itens de conteúdo.

central na estrutura semântico-argumental da sentença. Vamos investir na argumentação do que acabamos de afirmar (os verbos são os selecionadores), e responder à pergunta posta logo acima e retomada aqui: por que é o verbo que seleciona o agente [jogador] em (a) e não o contrário? Vamo-nos basear nas argumentações de Chafe (1979) para a língua inglesa para responder a essa pergunta.

Toda sentença relevante na língua portuguesa, relevante em termos sintáticos, em termos semânticos, em termos discursivos e em termos pragmáticos para os falantes do português – sobretudo em termos linguísticos para fins meta-pedagógicos – é organizada em torno de um verbo. Muitas vezes esse elemento predicativo é circundado por elementos nominais. As ocorrências (11) e (12) são exemplos típicos. Vemos elementos relacionais-predicativos [bebe] e [deu] circundados por elementos nominais [Serafina], [vinho], [taça de vinho] e [Suane].

Chafe (p. 96) divide “o universo conceptual humano”, em termos de organização de uma sentença, em duas áreas: uma área é a do verbo, que, ele continua, engloba estado (condições, qualidades) e eventos. A outra área é a dos nomes, que engloba coisas (objetos físicos e/ou abstrações coisificadas). Ele afirma categoricamente que uma área é central (a área do verbo) e a outra área é periférica (a área do nome). Discordamos disso, contudo, pois, em termos de uma semântica lexical, isso é pouco provável. Não existem hierarquias lexicais em nossas mentes. Em termos semânticos, todos os itens se equivalem, não existem itens-núcleos nem itens-periféricos em termos lexicais.

Uma checada rápida nos dicionários escolares da língua portuguesa atesta que ali se encontram em verbetes coisas como verbos, advérbios, nomes, onomatopeias, itens como “a” etc. A única hierarquia é alfabética. Em termos de um dicionário mental, nem isso.

O interessante da argumentação de Chafe (op. cit, p.96/97), no entanto, é que ele vai propor evidências para a “centralidade” do verbo para o que aqui nos interessa: a estrutura argumental das sentenças e a seleção dos itens dentro dessa estrutura, e, assim, o verbo é o item que seleciona os itens à sua esquerda e à sua direita.

Vamos remontar os argumentos desse linguista americano em três pontos defendidos por ele. O quarto ponto, nós deduzimos da proposta que apresentamos aqui:

- A sentença que linguisticamente interessa contém necessariamente um verbo.

“Elocuções que semanticamente não têm verbo, como, talvez, *Oh, Ah*, parece ser melhor que se considerem como relíquias do tipo pré-humano (...) onde a regra era a simbolização direta de mensagens unitárias.” Ele argumenta que isso – de uma sentença que interessa conter ao menos um verbo – pode ser um princípio de organização universal de uma sentença.

- “A natureza do verbo determina como vai ser o restante da oração.”

Isso pressupõe uma gama de relações semânticas e categoriais. Sobretudo quais nomes ou constituintes o acompanharão, quais as relações desses nomes ou constituintes com ele, e, para o que nos toca mais perto aqui, como esses nomes ou constituintes serão especificados semanticamente pelo verbo.

- Os nomes não tendem a mudar a semântica dos verbos.

Tomem-se como exemplo, as sentenças que seguem:

(r1) Chove muito em Salvador.

(r2) Choveu papel picado no 2 de Julho em Salvador.

Se fôssemos parafrasear (r1), diríamos que alguma coisa cai do céu, e o que cai do céu é a chuva. Se fôssemos parafrasear (r2), diríamos que alguma coisa cai do céu, e o que cai do céu é papel picado. As sentenças seguintes, também, podem continuar nos ajudando a problematizar esse ponto:

(s1) Serafina riu na aula.

(s2) A parede riu de todos nós.

Se fôssemos parafrasear (s1), diríamos que o item lexical à esquerda do verbo dessa sentença é animado, e praticou uma ação: riu na aula. Se fizéssemos o mesmo com (s2), diríamos que o item lexical à esquerda do verbo dessa sentença é animado e praticou uma

ação: riu de todos nós. Quem define o que é animado ou não numa língua não é a natureza, e, sim, os falantes.

Nesses termos, é necessário que atribuamos o traço [+animado] aos itens em questão para fazê-los se adequar à semântica do verbo que emerge nessas sentenças. E isso nos leva a crer que quem “faz” isso é o verbo, pois o traço [+animado] se encaixa com a leitura semântica de quem pratica a ação [rir], e que necessariamente deve também se encaixar com a leitura semântica inerente ao item verbal relacional em questão. Para argumentarmos nesse sentido, estamos excluindo contextos metafóricos, já que tais contextos podem estabelecer uma espécie de língua paralela.

- O verbo é um item relacional, pois é ele quem indica semanticamente o quê se relaciona a que.

Retomemos a sentença (j): A surucucu mordeu o menino.

Seria no mínimo estranho que os itens conceituais [surucucu] e [menino] mudassem de posição nessa sentença, tendo o item [mordeu] relacionando-os. É evidente que isso é categorial e semanticamente possível. Mas pouco provável, e uma sentença, digamos, pouco produtiva na língua. Temos certa desconfiança de que seria inusitada uma manchete de jornal com a seguinte estampa:

(t) Menino mordeu a surucucu.

Essa manchete exigiria determinados esforços interpretativos do leitor, não acionados se a estampa fosse a sentença (j). E percebamos que os itens conceituais [menino] e [surucucu] guardam traços parecidos compatíveis com a semântica exigida pelo item relacional [mordeu], ou seja, tanto [menino] quanto [surucucu] podem morder. Diríamos que o item-relacional [mordeu] comande as posições que os itens conceituais devem assumir nessa sentença. Assim, [mordeu] exige que o item [surucucu] se acomode à sua esquerda, e o item [menino] se acomode à sua direita.

Nesses termos, o verbo é o item relacional, digamos, por excelência, comandando os lugares semanticamente a ser preenchidos pelos itens de conteúdo numa sentença. O leitor

deve estar atento ao fato de que estamos-nos referindo a sentenças, e o verbo é esse item relacional por excelência das sentenças de uma língua, pois é a estrutura argumental em foco por aqui. Há outros itens de outra natureza que relacionam sintagmas, o que foge ao escopo de nosso trabalho neste artigo.

Vamos trocar o item relacional [mordeu] na sentença acima, e por no lugar um outro item de mesma natureza. Isso acontece nas sentenças abaixo (t1 e t2):

(t1) A surucucu viu o menino.

(t2) O menino viu a surucucu.

A estranheza semântica da sentença em (t) parece não ser sentida com tanta intensidade nas sentenças em (t1) e em (t2). Isso acontece já que os itens relacionais foram mudados. Em (t), o leitor atesta que a ocorrência era com o item [mordeu]. Em (t1) e em (t2), as ocorrências foram construídas com o item relacional [viu].

Estamos verificando, portanto, que a semântica do verbo nessas duas últimas sentenças faz a diferença nas leituras mais ou menos estranhas semanticamente em (t1) e em (t2), e totalmente estranha em (t). Ponto positivo para o argumento de Chafe (op.cit), quando propõe que *os nomes não tendem a mudar a semântica dos verbos*; enquanto os verbos tendem a mudar significativamente a semântica dos nomes, ou seja, as posições dos itens conceituais se modificam em (j) e em (t), tornando a sentença em (t) estranha, ou totalmente estranha – quase anômala semanticamente. O que não acontece em relação a (t1) e a (t2), em que os nomes trocaram de lugar, mas como o item relacional é de outra natureza – é [viu], ao invés de [mordeu] – a estranheza das ocorrências é quase nula. Conclusão provisória: os verbos, do ponto de vista estrutural e relacional, estão no comando semântico-relacional.

Os itens de conteúdo são essencialmente chamados de argumentos, um termo emprestado da lógica formal que foi introduzido nos anos sessenta pelos linguistas da semântica dos casos (FILMORE, 1972).

Os itens relacionais são chamados de predicadores, por cumprirem funções na dinâmica com os argumentos – essencialmente os verbos é que cumprem esse papel.

Como vimos acima, o número de argumentos nos arranjos entre os itens conceituais e os itens relacionais são os demonstrados na sequência de sentenças em (l), (m), (n) e (o). A estrutura que as relações impõem aos conceitos é chamada de estrutura argumental.

TRAÇOS SEMÂNTICOS

Há alguns tipos de estruturas argumentais de que os itens relacionais podem fazer parte. Definidos os conceitos no ponto 1, vamos então retomar alguns tipos dessas estruturas nos parágrafos que seguem. O objetivo aqui não pode ser perdido de vista: às vezes um item precisa receber o traço [+agente], é o caso do item [Serafina] em (v1); e às vezes esse traço é recebido em relação, é o caso de [jogador] em (a), assim como já vem marcado no léxico, é o caso também de [jogador] em (a), pois o sufixo [-dor] deixa esse traço semanticamente explícito, oriundo do léxico.

Não vamos aqui expor exaustivamente todos os tipos, pelo menos todos aqueles já consagrados na literatura sobre esse tema. Nada além do que aquelas estruturas já amplamente propostas em trabalhos de Jackendoff (1976).

As relações tendem a impor alguns tipos de papéis a seus argumentos, o que significa dizer que as relações exigem argumentos com certas propriedades semânticas. Isso se realiza somente parcialmente, e só é delimitado para as relações entre aqueles dois tipos de itens delineados no ponto 1.

O tipo mais emblemático de relação estrutural argumental que uma relação pode ter é aquele tipo de argumento que faz algo a um outro argumento – o papel temático de agente é esse tipo. Exemplos de itens predicadores tipicamente agentivos são os que aparecem nas sentenças (a) [atirar]; (j) [morder]; (I1) [beber]; (I2) [dar]; e (v3) [arrastar]. O argumento que realiza a ação é o [agente], em algumas propostas, como a de Franchi (1997), é o [causativo], se se refere a seres coisificados tomados como animados.

Já o argumento sobre o qual recaem as consequências da ação, ou que tem a ação feita é o [tema], também reconhecido como [paciente].

As posições dos itens sobre os quais recaem propriedades argumentais, quando as sentenças estão na voz ativa, são típicas:

1) à esquerda do verbo, e categorizado como sujeito, é o [agente/causativo]; e, 2) à direita do verbo, e categorizado como o objeto, é o [tema/paciente].

Quando na voz passiva, essas posições se alternam, e quem está à esquerda, recebe a propriedade [tema/paciente] e à direita, [agente/causativo]. Há casos em que, na voz ativa, o argumento [tema/paciente] pode também constar ao lado esquerdo do verbo.

É necessário, assim, um levantamento exaustivo das redes temáticas dos verbos para delimitar essas posições, pois cada verbo da língua portuguesa vai exigir leituras semânticas próprias na delimitação dessas suas redes temáticas. Isso foge ao escopo do nosso trabalho aqui; contudo, mais adiante, pulverizamos um exemplo ou outro sobre a semântica de alguns verbos, e suas intervenções nas posições argumentais.

Quando propomos delimitar redes temáticas a que os verbos são submetidos em português, queremos dizer, basicamente:

- há um número de papeis (sentidos) que o predicado (o verbo) terá que atribuir;
- é necessário, portanto, estipular quais são esses papeis;
- dizer qual é o número desses papeis, a partir das relações semânticas que esses itens estabelecem nas sentenças, que pode variar de sentença a sentença.

Para não deixar as coisas talvez tão parciais assim aqui e agora, vamos jogar com a semântica do verbo [pegar] e algumas de suas demandas argumentais. Atenção às sentenças que seguem:

- (o1) Marivone pegou um táxi.
- (o2) Marivone pegou uma gripe.
- (o3) Marivone pegou o filho no colo.
- (o4) Marivone pegou a xícara sem cabo.

(o5) Marivone pegou no batente.

Dadas as mudanças semânticas dos verbos nas ocorrências em (o), mudanças semânticas sutis, queremos crer aqui – de fato, não houve uma mudança semântica substancial – pois [pegar] em todas as sentenças do conjunto acima guarda alguns traços semânticos estáveis entre si, levantamos algumas assertivas, como também, algumas questões. As assertivas:

- em (o4), o item conceitual [Marivone] parece exercer tipicamente o papel temático de [agente]: realiza uma ação, faz alguma coisa acontecer, é potência; e

- em (o2), o tem conceitual [Marivone] parece experienciar algo, parece sofrer algo, parece ter sido vítima de algo; paradigmaticamente, o [agente] aí é um vírus.

As questões:

- em (o1), qual seria a leitura semântica argumental que poderíamos inferir para o item conceitual [Marivone]? Seria [agente]? Se assim o fosse, que tipo de ação esse argumento exerceu?

- em (o5), como poderíamos atribuir leitura argumental ao item conceitual [Marivone] aí, já que, parece, o verbo não pode ser tomado isoladamente na atribuição dessa leitura? Será que poderíamos assumir que o item à direita do verbo [no batente] não estaria sendo “tragado” pelo verbo, formando um conjunto fechado?

Essas são questões típicas de um estudo em grade temática dos verbos, e não é nosso propósito problematizá-las aqui. Elas, contudo, conseguem colocar na “berlinda” conceitual a disposição de Chafe (op.cit) em admitir o verbo como pertencendo à área “central” de uma sentença bem construída numa língua. Assim, queremos crer também que, o que esse autor diz, repetido aqui, qual seja, *a natureza do verbo determina como vai ser o restante da oração*, deve ser tomado com cautela, pois a sentença em (o5) prova que é a natureza do verbo como também a natureza do que vem depois do verbo influentes semanticamente para determinar *como vai ser o restante da oração*.

Notamos em parágrafos anteriores que uma relação pode envolver somente um argumento. Relações que envolvem apenas um argumento são classificadas amplamente de duas maneiras: uma em que o argumento único está no controle do que acontece, e uma outra em que o argumento único não está no controle do que acontece. Aqui, fazemos uma ressalva: temos uma aparente contradição com o que Chafe (op.cit.) propõe para os verbos. Lembre-se de que esse autor propõe, dentre outras coisas, que os verbos estão no comando das relações do ponto de vista semântico – e atentar para o argumento *o verbo é um item relacional, pois é ele quem indica semanticamente o quê se relaciona a que*.

Como queremos, todavia, por em relevância pressupostos de uma semântica lexical, propomos que os verbos relacionam argumentos numa sentença, mas os itens conceituais relacionados pelos verbos também são relevantes para a semântica de uma sentença completa (ver logo abaixo o ponto 2, em que os itens derivados [+agente] controlam seu próprio traço semântico [agente]).

CASOS EM QUE O ARGUMENTO ÚNICO ESTÁ NO CONTROLE DA AÇÃO EXPRESSA PELO VERBO

Atente para as seguintes ocorrências:

(x)

(x1) Serafina riu.

(x2) Desesperadamente pela pradaria, o alazão galopa.

(x3) Nara Costa canta no sábado.

(x4) Suada, Suane corre para a aula.

O argumento único das sentenças em (x) está no controle da ação. Temos aqui um jogo duplo em termos semânticos: o verbo exige uma propriedade [agente] para o seu argumento à esquerda (lembre-se do proposto por Chafe (op.cit): *os nomes não tendem a mudar a semântica dos verbos*), e o seu argumento à esquerda assume o traço [agente]

proposto pelo verbo para que a relação cumpra a demanda semântica da sentença: alguém/algo faz algo.

CASOS EM QUE O ARGUMENTO ÚNICO NÃO ESTÁ NO CONTROLE DA AÇÃO EXPRESSA PELO VERBO

Atente agora para as ocorrências seguintes:

(z)

(z1) A planta cresce.

(z2) A neve cai.

(z3) O sol brilha.

Aqui temos exemplos típicos da semântica dos verbos proposta por Chafe (op.cit): os argumentos não estão sob o controle da semântica verbal. Aqui, sim, os verbos controlam tanto a relação quanto o que seus argumentos estão fazendo, sentindo ou tendo a consequência de. Mas às vezes é difícil concordar com Chafe (op.cit), pois demarcar as fronteiras de quem comanda quem do ponto de vista lexical não é tão previsível assim.

Em (z1), (z2) e (z3), os argumentos são consagrados na literatura como o [tema] do conteúdo expresso pelo verbo. Atenção ao conjunto de sentenças que segue:

(z4) A carta chegou.

(z5) Suane dorme.

Quando os argumentos preenchem a propriedade semântica exigida pelo verbo, ou seja, em (z4) [carta] está de alguma maneira em movimento, confundindo-se com um traço [animado], e em (z5) [Suane] leva explicitamente o traço [animado], aqui, sim, temos casos em que os argumentos de Chafe (op.cit) são aproveitados à risca, ou seja, quando ele afirma que *uma área é central (a área do verbo) e a outra área é periférica (a área do nome)*.

Nesses termos, os nomes, de fato, não modificam a semântica dos verbos, pelo contrário, os nomes sofrem as demandas semânticas exigidas pelo verbo.

Algo no mínimo problemático de se pensar quando temos, de um lado, o nome [cavalo], e, de outro, o verbo [galopar], dois itens lexicalmente mais próximos semanticamente que os itens [carta] e [chegar], em (z4) e [Suane] e [dormir] em (z5). Digamos que há uma “fricção” léxico-semântica de algum tipo entre [cavalo] e [galopar] que não encontramos entre os itens em (z4) e (z5).

RELAÇÕES ARGUMENTAIS COM DOIS ARGUMENTOS E NENHUM DELES É O AGENTE

Há relações argumentais onde nenhum dos argumentos é o agente. Em sentenças como as listadas abaixo:

(z6) Serafina sabe crochê.

(z7) Suane ama Mary.

Os itens-argumentos [Serafina] em (z6) e [Suane] em (z7) não estão, de fato, fazendo nada: não estão agindo como “agentes” costumam agir, nem tampouco os outros itens argumentos [crochê] em (z6) e [Mary] em (z7) não estão sofrendo consequências de ações dos argumentos à esquerda das sentenças onde aparecem, por não haver nem ações expressas pelos verbos dessas sentenças. Nesses casos, as relações parecem expressar sentimentos e atitudes por parte de um argumento em relação a outro. Aqui, o argumento à esquerda é chamado de [experienciador], e o argumento à direita é chamado de [tema].

O que há de interesse nessas relações argumentais com experienciadores é que elas também permitem que seus argumentos denominados de [tema] possam expressar uma relação entre um experienciador e uma outra proposição. Assumimos como proposição aqui uma outra sentença ou um pedaço de uma sentença sobre o estado das emoções, do conhecimento ou dos sentimentos vividos pelo experienciador. As sentenças abaixo podem ilustrar melhor o que estamos afirmando:

(z9) Serafina sabe que Suane está na aula.

(z10) Serafina quer que Suane esteja na aula.

Ao invés de um [tema] em (z9) e (z10), temos uma proposição explicitando emoções, sentimentos ou conhecimentos dos argumentos à esquerda dos verbos dessas sentenças. Isso, contudo, não funciona quando os verbos prototipicamente selecionadores de [agente] como seu argumento à esquerda estão em cena. Veja, por exemplo, a anomalia de ocorrências como as que seguem abaixo:

(z11) *Serafina atirou que Suane está na aula.

(z12) *A surucucu mordeu que Suane está na aula.

(z13)* O pescador arrasta que Suane está na aula.

Assumimos, assim, como um axioma, e de forma sistemática, que itens relacionais que tomam experienciadores como argumentos à sua esquerda, ou que estejam inscritos no léxico como itens relacionais prototipicamente expressando sentimentos, conhecimentos ou emoções, além de relacionar experienciador a tema, relacionam também experienciador a uma proposição, como ‘proibida’ aqui.

O mesmo não acontece, ou acontece parcialmente, com os itens relacionais que exigem um [agente] como seu argumento à esquerda, como atestam, negativamente, as sentenças (z11), (z12) e (z13), e, positivamente, as ocorrências abaixo:

(z14) Serafina falou uma palavra.

(z15) Serafina falou que uma palavra não é o bastante.

Nessas ocorrências, um item relacional [falar], demandando um agente como um argumento à esquerda, relaciona esse argumento tanto a um tema [palavra] em (z14), quanto a uma proposição [que uma palavra não é o bastante] em (z15). Reiteramos, no entanto, que isso acontece de maneira parcial, ou seja, não com todos os itens relacionais que demandam um agente como argumento à esquerda.

Com itens relacionais que demandam um experienciador como argumento à esquerda, esse fato da língua parece ser algo categórico e sistemático, no entanto, precisaríamos de mais testes com dados exaustivos da língua para sustentarmos essa posição.

DERIVAÇÃO E ESTRUTURA ARGUMENTAL

Considere a sequência de itens em (u), abaixo:

(u)

(u1) pasteleiro, carvoeiro, carpinteiro, serralheiro, marceneiro, marmoreiro, relojoeiro, padeiro, pipoqueiro, pedreiro

(u2) pescador, controlador, armador, limpador, carregador, animador, pregador, curador, arranjador, predador

(u3) ouvinte, cadeirante, fumante, agente, falante, escrevente, farsante, participante, ajudante, pedinte

Em (u) temos uma sequência de itens nominais inerentes ao léxico da língua portuguesa falada no Brasil, e todos de uma forma ou de outra são derivados e/ou nominalizados, deverbais ou não, portando os seguintes sufixos: [-eiro], para (u1); [-dor], para (u2); e [-nte] para (u3). Vamos tomar como tácito aqui que em todas as ocorrências, esses sufixos portam o traço e/ou a leitura semântica lexical [+agente]. Vamos considerar agente aquele que realiza ações (tornam ações reais), pratica coisas, faz algo acontecer, é uma potência. Quando queremos tomar como tácito que todos esses sufixos aqui são de uma forma ou de outra [+agente], estamos propondo eliminar leituras semânticas, digamos, paralelas, como, por exemplo:

I) leituras avaliativas negativamente – é o caso de uma possível leitura avaliativa para o item [armador], no sentido de alguém que maquina artimanhas para prejudicar outrem; e

II) como também leituras que tomam objetos – é o caso específico do item [limpador] – como agentes em potencial, no sentido de coisa animada.

Fixada a leitura semântica como [+agente] para os itens em estudo, numa sentença, contudo, seu traço semântico não desaparece em qualquer lugar da sentença em que esse item estiver. Observem-se as sentenças que seguem:

(v1) Serafina viu o padeiro.

(v2) O padeiro viu Serafina.

(v3) O pescador arrasta a jangada.

(v4) A garota é cadeirante.

É difícil acreditar que o traço do item [padeiro], marcado no léxico como [+agente], inerente a esse item, desapareça, apesar de ser marcado como [+tema] para a sentença. O item [Serafina] é agente para a sentença em (v1), mas [+tema] para a sentença em (v2); já em (v2) e em (v3), vemos a confluência relacional da demanda verbal por uma leitura [+agente] *pari passu* com a leitura marcada [+agente] no léxico para os itens [padeiro] em (v2) e [pescador] em (v3). A sentença em (v4) é emblemática do papel de [+agente] que o léxico pode instituir. O leitor perceba que o item em questão [cadeirante] nem faz parte de uma sentença em que exista um verbo demandando [+agente] como seu argumento, mas ninguém em sã consciência deixaria de fazer a leitura [+agente] para esse item. Ele é emblemático de uma luta antiga de pessoas com necessidades especiais em ser reconhecidas como produtivas, participantes da vida social etc.

Certa vez, alguém se referiu a uma pessoa numa cadeira-de-rodas, utilizando a seguinte assertiva: “Ela é tão bonita, mas, infelizmente, está presa a uma cadeira-de-rodas”; e logo fomos desautorizados por um interlocutor: “Você está totalmente equivocado, ela consegue ir e vir, deslocar-se, ir para outros lugares, enfim, ela é livre por causa de uma cadeira-de-rodas”. Assim, cremos que um cadeirante faz coisas, realiza ações, portanto é potência e, por conseguinte, é agente.

Conclusão: é preciso colocar o traço semântico [+agente] sob rasura quando é pressuposto como argumento de um verbo, pois há itens que, mesmo não sendo argumentos de um verbo que demanda [+agente], mesmo assim continuam sendo [+agente].

Há itens lexicais prototipicamente [+agente], é o caso de todos os itens em (u) elencados acima, e itens que recebem o traço [+agente] em relação, é o caso dos itens [Serafina] em (v1) e [garota] em (v4).

REGRAS DE PROJEÇÃO SEMÂNTICAS

“As pessoas reconhecem muito mais palavras do que as que empregam num determinado período de tempo.” Essa quase óbvia mas instigante assertiva de Pinker (2002), em “O instinto da linguagem” (pág.182), instiga-nos a discutir o que propomos logo acima no ponto 1 deste trabalho em forma de questões, aqui retomadas: *O que significa uma regra de projeção semântica? Como itens tomados isoladamente numa língua, caso de [barraqueira], ambíguos em potencial, “desambiguam-se” numa sentença? Como é possível, por exemplo, que o [-eiro/a] que aparece em (f) não seja o mesmo que aparece em (g)?*

Dados os limites da memória em armazenar centenas, milhares de palavras, como se houvesse a possibilidade de construir uma lista de itens interminável em nossas mentes – como se fosse uma lista telefônica que encaminharia o surgimento de um novo item, como se faz com os números – uma combinação incessante que se dirige ao infinito e que teria espaço constante para um novo item surgido –, vamos admitir que não lidamos simplesmente com palavras no nosso cotidiano uso de uma língua nativa: nós lidamos com um léxico, que pode ser focado a partir de alguns anglos e critérios:

I) há um anglo público e social do léxico, dicionários escolares são exemplos típicos desse tipo de domínio público; e

II) se “visualizássemos” o léxico por um outro ângulo – se as lentes se virassem para dentro de nossas mentes – diríamos que em cada um de nós existe um léxico, mais ou menos talvez melhor, maior ou mais abrangente, mais restrito ou menor do que aquele que existe na comunidade de fala de que fazemos parte.

Seja como for que “joguemos” com o léxico que dominamos para construir sentenças, *as pessoas reconhecem muito mais palavras do que as que empregam num determinado período de tempo*, porque, para isso, elas atualizam o tempo todo *regras*.

Vamos admitir que as regras atualizadas são regras de projeção semântica. Simplificadamente, podemos também admitir que os falantes “sacam” palavras de seu léxico social e mental e constroem suas sentenças. Por outro lado, os falantes também reconhecem palavras novas, atribuem significados a elas, pois eles atualizam regras de significação, ou seja, cada um dos falantes não precisa saber um significado de um item a todo momento, eles significam itens a todo momento pois eles também conseguem projetar significados. Por exemplo, suponhamos que ignoremos os seguintes itens do contexto abaixo:

(z5) pastel-eiro, carvo-eiro, carpint-eiro

do contexto (z5) “não sabemos” o significado dos itens [pastel-], [carvo-] e [carpint-], mas sabemos o que significa o item [-eiro].

Agora, dado o contexto em (z6), abaixo:

(z6) tax-ista, contabil-ista, reform-ista

Suponhamos que saibamos o significado dos seguintes itens: [tax-], [contabil-] e [reform-]. Quando um item “novo” como [tax-eiro] surgir pela “primeira vez” à nossa frente, no mínimo podemos inferir seu significado, pois jogamos com regras de projeção semântica, já que temos “internalizado” o significado do item [-eiro] em (z5), e o significado do item [tax-] em (z6). É por isso que não lidamos com o léxico como uma lista fixa e interminável, item a item. Atualizamos o significado das palavras jogando com regras de projeção semântica. Qual a natureza dessas regras e quais os mecanismos de jogo que efetuamos com elas na “montagem” dos significados de que somos capazes cotidianamente? Para responder a essas duas questões, vamos recorrer ao trabalho dos linguistas americanos Katz e Fodor (1972, p.81/82). Nesse artigo, esses linguistas assumem quatro pontos característicos para conceber e delimitar tais regras de projeção, a saber:

- “É preciso postular regras que projetem o conjunto infinito de sentenças de maneira a que espelhem o modo pelo qual os falantes compreendem sentenças novas.”

Concorre para a projeção do conjunto de sentenças uma formulação da língua que consiga conjugar uma caracterização gramatical e semântica da língua em questão, e aqui estamos desenvolvendo uma caracterização de tipo semântico.

- “Ao encontrar uma sentença nova, o falante não está diante de elementos novos, mas diante de uma nova combinação de elementos conhecidos.”

Os linguistas investem o tempo todo em regras de projeção em relação a sentenças da língua, já que eles estão lidando com uma concepção semântica ao nível da sentença. Mas, como vimos, as regras de projeção atuam em todos os níveis da produção linguística, desde níveis “inferiores” – tipo a derivação – como vimos nos exemplos demonstrados pelos itens em (z5) e em (z6), em que o conhecimento de itens individuais ajuda o falante a inferir o significado de itens supostamente “novos”, como foi o caso de [tax-eiro] – a níveis mais avançados (é o caso de sintagmas, que veremos logo abaixo), e níveis “superiores” da produção (é o caso do axioma fundamental de uma língua, a saber, uma sentença).

- “Com base no seu domínio das propriedades gramaticais e dos significados dos morfemas da língua, as regras que o falante conhece permitem-lhe dominar o significado de uma nova sentença a partir do modo pelo qual as partes da sentença” se combinam para formar um todo.

Na aquisição da língua, os falantes mirins já conseguem a construir uma consciência do domínio dessas propriedades gramaticais e dos seus significados, já que formulam a sua gramática ao receber os dados e articulá-los por regras em suas mentes. Digamos que eles recebem dois tipos de coisa: os dados, ou seja, o léxico de sua língua, e as regras, ao mesmo tempo.

- Supõe-se que “um sistema de regras, para ser capaz de solucionar o problema da projeção, deva refletir o caráter composicional da habilidade linguística do falante”.

Esse “caráter composicional” da capacidade de produção de sentido pode ser visualizado a partir da forma como os itens se combinam em blocos, digamos, semânticos, até formar os blocos maiores – estamos-nos referindo aqui a constituintes semânticos, esboçados a partir de sintagmas de uma língua. Os sintagmas abaixo ajudam a iluminar o que estamos querendo dizer. Vejam-se os seguintes sintagmas:

(z7) *[um cachorro falante]

(z8) *[uma pedra que canta]

(z9) *[o bebê honesto]

Ninguém em sã consciência “levaria a sério” semanticamente os sintagmas em (z7), (z8) e (z9), pois todos em sã consciência estamos aptos a admitir que se trata de sintagmas anômalos semanticamente em língua portuguesa. Vamos acordar antes que tais sintagmas estejam fora de contextos poéticos e livres de contextos metafóricos. Trata-se de anomalias, pois em (z7) *[um cachorro falante], a semântica de uma atividade como [falar], que deriva uma qualidade como [falante], não é compatível com as habilidades de um item que tenha leitura semântica como aquela que está presente no item [cachorro], ou seja, um cachorro “não fala”; já em (z8) *[uma pedra que canta], a proposição [que canta] é incompatível com um item não-animado como [uma pedra]; e, por fim, em (z9) *[o bebê honesto], de fato, esse sintagma “não funciona” semanticamente pois o item [bebê] jamais poderia possuir uma qualidade como a expressa pelo item [honesto], perfeitamente possível para o sintagma [velho honesto].

Mas é possível “salvar” semanticamente os sintagmas em (z7), em (z8) e em (z9). O que faz com que isso seja possível? Justamente o “caráter composicional da habilidade linguística do falante”. Vamos propor, então, “salvar” esses sintagmas, e o leitor fique atento que, ao salvá-los semanticamente, não estamos emitindo nenhuma sentença em contexto metafórico e/ou poético.

(z10) Joana comprou um cachorro de pelúcia no Japão, funcionava a pilhas comuns, era [um cachorro falante].

(z11) Encontrar [uma pedra que canta] seria a mesma coisa que encontrar um político honesto no Senado brasileiro.

(z12) Cléber colou uma etiqueta em que estava escrito o nome honesto num cartaz onde estava o nome bebê, o cartaz ficou estranho, ficou assim: [bebê honesto].

A capacidade composicional de construção de sentenças também se observa em construção de itens em níveis mais “inferiores” da produção linguística, como a derivação e os sintagmas, e isso contribui para responder a duas questões que propusemos logo no início deste texto, retomadas no início deste item, e repetidas aqui, a saber,

- *como itens tomados isoladamente numa língua, caso de [barraqueira], ambíguos em potencial, “desambiguam-se” numa sentença?*

Esses itens desambiguam-se, pois, ao serem projetados numa sentença, o seu sentido individual já, em parte, “não lhes pertence mais”: o seu sentido é refeito, e, agora, surge uma nova forma de significação para eles – ou seja, da fricção do item [barraqueira] com os demais itens ao longo da sentença, como em (g), repetida aqui (*Joana é a maior barraqueira, pois apronta confusão por onde quer que passe*), vê-se claramente, esse item “perde” traços potencialmente direcionados para mais de uma leitura semântica – por isso sua ambiguidade – e é reduzido ao sentido compatível semanticamente para toda a sentença.

- *Como é possível, por exemplo, que o [-eiro/a] que aparece em (f) não seja o mesmo que aparece em (g)?*

Ora, isso é possível, mais uma vez, dada a capacidade de concatenação composicional da produção linguística inerente aos falantes de uma língua. Nesse ponto, retomamos Rocha (op.cit) quando ele afirma que um item como [-eiro/a] tem mais de um sentido. Um item como esse tem mais de um sentido, do ponto de vista de sua fricção semântica com os outros itens a que se acopla. Retomemos os exemplos em (b), em (c) e em (d), abaixo

(b) macieira, mangueira, coqueiro, abacateiro, cajueiro

(c) tesoureiro, copeiro, barraqueira1

(d) peniqueiro, barraqueira2, fuleiro

Há um traço em comum para [-eiro/a] no conjunto de sentenças em (b), (c) e em (d): o traço comum é que esse item forma palavras derivadas na língua portuguesa – por falta de palavra melhor, vamos admitir que esse traço comum seja gramatical. Só que o seu sentido **só** pode ser deduzido em relação. Ou seja, é da fricção de [-eiro/a] com itens como [macie-], [mangue-], [coque-], [abacate-] e [caju-], que podemos atribuir o sentido de [-eiro/a] a algo como *item sufixal formador de palavras do tipo árvores*. Assim, é da fricção de [-eiro/a] com itens como [tesour-], [cop-], [1barraqu-], que podemos atribuir o sentido de [-eiro/a] a algo como *item sufixal formador de palavras do tipo profissão*. Por fim, é da fricção entre [-eiro/a] com itens como [penique-], [2barraque-] e [fule-] que podemos atribuir o sentido de [-eiro/a] a algo como *item sufixal formador de palavras do tipo avaliativas*. Com uma ressalva aqui, um item como [barraqueiro2] só assumiria o traço avaliativo em fricção com outros na projeção do todo de uma sentença.

Vamos imaginar também uma outra forma de pensar os itens lexicais de uma língua. No ponto 1, admitimos que esses itens podem ser semanticamente relacionais e de conteúdo, e numa série de argumentações demonstramos isso. Dissemos também que essa distinção em relacionais e de conteúdo é bem parecida com uma outra estabelecida por Cruse (op.cit), ao separá-los entre itens lexicais e itens gramaticais, e admitimos que essas duas concepções – a saber, relacional/conteúdo e gramatical/lexical – são parecidas mas não se recobrem totalmente. É preciso, portanto, caracterizar mais explicitamente os itens gramaticais e os itens lexicais.

Isso é possível ao se observar o “comportamento” linguístico em termos de um conjunto de itens fechados (gramaticais) e um outro, um conjunto de itens abertos (lexicais). Observe a sentença abaixo:

(z12) A garota o ama intensamente.

Compreendem esses *itens fechados* afixos em negrito, como em: (garota-**a**, am-**a**, intensa-**mente**); assim como palavras como artigos, preposições e conjunções; a função linguística desses *itens fechados* é sinalizar a organização gramatical da sentença. E essa organização gramatical é muito similar àquela já demonstrada pelo que ficou conhecido aqui

como itens relacionais. Enquanto um organiza itens internamente (os gramaticais), o outro organiza sentenças (os relacionais).

Compreendem esses *itens abertos* raízes lexicais que portam o sentido principal dos vocábulos numa sentença, e em (z12) são: garota, ama, intensamente. E esses itens do sistema aberto da língua são muito parecidos com os itens de conteúdo propostos neste artigo.

PALAVRAS FINAIS

Neste artigo, propomos uma formulação da produção linguística em termos de uma semântica lexical. Abordamos a existência de itens relacionais e de itens de conteúdo, e procuramos conjugar a existência desses itens com a noção agente em termos derivacionais, como também em relação à noção agente para a estrutura argumental de uma sentença. E concluímos, então, agora, que a noção agente é parcialmente focada tanto na derivação quanto para a estrutura argumental. E propomos que uma não é uma antítese da outra, as duas não se recobrem, como também não se anulam. A noção agente em uma língua deve ser “cercada” tanto no que uma teoria da estrutura argumental tem a contribuir, quanto no que a derivação também tem a contribuir.

REFERÊNCIAS

ARONOFF, M. **Word formation in generative grammar**. Cambridge: The MIT Press. 1976.

BASÍLIO, M. **Estruturas lexicais do Português; uma abordagem gerativa**. Petrópolis: Vozes. 1980.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria Lingüística** (teoria lexical e lingüística computacional) – Leitura e Crítica. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

CANÇADO, M. **Posições argumentais e propriedades semânticas**. Belo Horizonte: Revista D.E.L.T.A., n.21.1. 2005.

CARVALHO, J. C. **O Coronel e o Lobisomem**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1989.

CHAFE, W. L. **Significado e Estrutura Lingüística**. Tradução de Maria Helena de Moura Neves, Odette Gertrudes Luiza Altman de Souza Campos, e Sonia Veasey Rodrigues. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1979.

CRUSE, D. A. **Lexical Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press. 1992.

FILMORE, C. J. **Em favor do caso**. In: A Semântica na Lingüística Moderna – O Léxico. Tradução de Alzira Soares da Rocha, e Helena Camacho. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1977.

FRANCHI, C. **Predicação**. Manuscrito publicado em Cançado, M. (org.). (2003c). Predicação, Relações Semânticas e Papéis Temáticos: Anotações de Carlos Franchi. Belo Horizonte: Revista de Estudos da Linguagem, v. 11, n02. 1977.

HEIDI, H. **A Linguistic Introduction to English Words**. Cambridge: Cambridge University Press. 2003.

JACKENDOFF, R. **Morfological and semantic regularities in the lexicon**. Language, v.51, n03. Cambridge: Cambridge University Press. 1975.

KATZ, J. J.; Fodor, J. A. **Estrutura de uma teoria semântica**. In: A Semântica na Lingüística Moderna – O Léxico. Tradução de Maria Helena Duarte Marques. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1977.

KATZ, J. J. **Teoria semântica**. In: A Semântica na Lingüística Moderna – O Léxico. Tradução de Sheyla Carvalho Lyra. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1977.

PINKER, S. **O instinto da linguagem**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes. 2002.

ROCHA, L. C. A. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1998.

SANDMANN, A. J. **Morfologia Geral**. São Paulo: Contexto. 1992.

WEINREICH, U. **Pesquisas em teoria semântica**. In: A Semântica na Linguística Moderna – O Léxico. Tradução de Alzira Soares da Rocha, e Helena Camacho. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1977.

Data de submissão: 03/05/2023. Data de aceite: 04/06/2023. Data de publicação: 08/08/2023.